UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE ASSU
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

DÉBORA BENTO TAVARES

O GRITO DO TERRITÓRIO: EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E DA FOME NO ASSENTAMENTO ARTUR SABINO – ASSÚ/RN

ASSÚ
2024

DÉBORA BENTO TAVARES

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia – DGE, do Campus Avançado de Assú – CAA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Pereira da Silva.

ASSÚ

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

T231g Tavares, Débora Bento Tavares
O Grito do território: expressões das desigualdades e da fome no Assentamento Artur Sabino- Assú-RN. / Débora Bento Tavares Tavares. - UERN, 2024.
40p.

Orientador(a): Prof. Dr. RAFAEL PEREIRA DA SILVA SILVA.
Monografia (Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Território. 2. fome. 3. assentamento. 4. Artur Sabino. 5. Assú. I. SILVA, RAFAEL PEREIRA DA SILVA. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográca para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

DÉBORA BENTO TAVARES

O GRITO DO TERRITÓRIO: EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES E DA FOME NO ASSENTAMENTO ARTUR SABINO- ASSÚ/RN

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia – DGE, do Campus Avançado de Assu – CAA, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado(a) em Geografia.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rafael Pereira da Silva

Universidade Estadual da Paraíba

Profª. Drª. Zenis Bezerra Freire

Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte

Profª. Ma. Francisca Elizonete de Souza Lima

Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte

Este trabalho é dedicado a toda a minha família, ao corpo docente que compõe o Departamento de Geografia do Campus de Assú/RN (DGE), em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Pereira da Silva, que já foi membro desse grupo tão importante para a minha formação; e por fim, dedico aos meus quatro amigos de curso, que trilharam esse difícil trajeto comigo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, dedico os meus agradecimentos a Deus, por todos os dias que me deu forças para levantar e seguir. Aos meus amigos de curso, Jefferson Ferreira, Jadna Mirelly, Júnior Jesuíno e Gizelly Barbara; dedico também a Rayla Fernanda, e Larissa Nogueira, que mesmo não sendo ligadas a universidade me incentivaram, e acreditaram no meu potencial.

A minha família, meus pais e irmãos, em especial a Moisés, que sempre se dedicou à educação, e me norteia nesse percurso até os dias atuais. Ao meu orientador Dr. Rafael Pereira da Silva, por ter enfrentado essa empreitada ao meu lado, e ter desempenhado tal função com grande maestria e paciência.

E aos demais professores, agradeço pelas correções e ensinamentos que ao longo do curso me permitiram pleno desenvolvimento do ser docente, e possibilitaram a realização deste sonho, que é o tão almejado diploma, obrigada!

“Nossa era se caracteriza sobretudo por essas ditaduras: a ditadura da informação e a ditadura do dinheiro, e a ditadura do dinheiro não seria possível sem a ditadura da informação”.
(Santos, 1999, p. 10-11)

RESUMO

A fome enquanto expressão das desigualdades sociais assume feições específicas em cada fração do território. Partindo dessa premissa, o presente trabalho teve como objetivo analisar as expressões territoriais das desigualdades e da fome no Assentamento Artur Sabino - Assú/RN. Para construção da pesquisa se adotou como procedimentos metodológicos a realização de pesquisa bibliográfica, visita ao campo, aplicação dos questionários e entrevistas, seguida pela tabulação e análise desses dados. No plano teórico a pesquisa possui como fundamento a compreensão de território proposta na obra do Milton Santos, para quem o território se define a partir de seus usos pelos distintos agentes e instâncias da sociedade. A análise empreendida permite conceber o território do Assentamento Artur Sabino como uma arena de ausências no tocante a infraestrutura e serviços, e de escassez de alimento e água.

Palavras-chave: Território, fome, Assentamento Artur Sabino, Assú.

ABSTRACT

The present work was developed with the purpose of highlighting the issue of poverty and hunger in the municipality of Assú/RN, and understanding how it manifests itself in the territory. The research was organized in four moments, the assembly of the theoretical-methodological framework, in the second moment with the visit to the field, application of questionnaires and interviews and finally the tabulation and analysis of these data. From this we see the extreme need for this study, as it is pioneering when it comes to analyzing the process of poverty and hunger. The settlement was abandoned by the public authorities for exactly three years, without running water supply, fortunately, at the end of this research this problem was already resolved. The method used was historical materialism, as it is what best suits the type of research, and the location chosen for the field, which was the Artur Sabino settlement located in the rural area of Assú.

Keywords: hunger; poverty; research and settlement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Assentamento Artur Sabino: localização geográfica (2023) **22**
Figura 2 – Assentamento Artur Sabino: via de acesso e sinalização (2023) **23**
Gráfico 01- Assentamento Artur Sabino: sexo dos/das participantes da pesquisa. **24**
Gráfico 02. Assentamento Artur Sabino: número de pessoas por família. **24**
Gráfico 03. Assentamento Artur Sabino:percentual de famílias assistidas por políticas sociais (2023). **25 Figura 3 –** Programa Bolsa Família: estatísticas oficiais (2024) **27**
Figura 4 – Assentamento Artur Sabino: camada superficial do solo (2023) **29**
Figura 5 – Assentamento Artur Sabino – Assú/RN: condições de moradia (2023) **30**
Figura 6. Centro administrativo do estado do RN: reunião entre liderança do Assentamento Artur Sabino e representantes do poder executivo (2021). **33**
Gráfico 04. Assentamento Artur Sabino: realização das refeições diárias (2023) **34**
Figura 7. Assentamento Artur Sabino: início da obra para o abastecimento de água (2023). **34**
Gráfico 05. Assentamento Artur Sabino: recorrência quanto a ausência de uma das refeições básicas diárias (2023) **35**
Gráfico 06: Assentamento Artur Sabino: consumo de carne (2023) **35**
Gráfico 07. Assentamento Artur Sabino- Alimentação variada no assentamento. **36**
Gráfico 08: Assentamento Artur Sabino: racionamento e redução dos alimentos (2024) **38**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	**13**
2. AS FACES DO CAPITAL	**17**
2.1 A dualidade do capital: acumulação e escassez.	**17**
2.2. Território, desigualdades sociais e fome: as perversidades sistêmicas	**19**
3. UM OLHAR VOLTADO AO TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO ARTUR SABINO EM ASSÚ- RN	**21**
3.1. Assentamento Artur Sabino: breve caracterização.	**22**
3.2. As manifestações da pobreza e da fome no Assentamento Artur Sabino - Assú/RN: uma análise voltada ao território.	**29**
3.3. Assentamento Artur Sabino: desigualdades sociais e fome	**33**
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	**38**
REFERÊNCIAS	**39**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAERN	Companhia de Aǵuas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social

INTRODUÇÃO

Face ao processo de desenvolvimento capitalista, a pobreza e a fome também se intensificam e assumem diversas formas no território, atingindo com isso, os homens pobres e de forma mais contundente, afetando diversas esferas da vida social, a exemplo da saúde, educação e seguridade social.

A negligência política e o fortalecimento do pensamento conservador no tratamento das questões sociais, vem acirrando ainda mais a invisibilização dos sujeitos vitimados pela pobreza e pela fome no Brasil, e assim beneficiando a produção em larga escala (Elias, 2023). Contudo, a quantidade de sujeitos atingidos pela pobreza, fome e miséria, cresce progressivamente em todo o país, se alastrando de modo mais intenso e perverso em suas periferias. No tocante a essa questão, o Conselho Federal de Nutrição (2023) a partir do exame do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" (FAO, 2023), assevera que:

> Entre 2014 e 2016, cerca de 4 milhões de pessoas viviam em situação de vulnerabilidade alimentar no Brasil, correspondendo a 1,9% da população. No entanto, os dados mais recentes referentes ao período de 2020 a 2022 mostram um aumento alarmante, atingindo 21,1 milhões de pessoas (9,9% da população).
> Além disso, cerca de 70,3 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar, caracterizada como moderada ou severa. Esse número indica que uma parcela significativa da população não possui acesso adequado à alimentação necessária para uma vida saudável e digna (FAO, 2023, n.p)

Do ponto de vista geográfico, "a experiência da fome assume contornos específicos em cada fração do território. Nesse sentido, "basta que se pense o que é viver a fome em um pequeno município do semiárido do Nordeste e o que é vivê-la na periferia de uma grande metrópole". Invariavelmente, os mais afetados por essa problemática serão os mais pobres, no entanto tal situação poderá ser agravada ou atenuada pelas características e dinâmicas inerentes ao lugar.

Nesta perspectiva, Santos (1996, p. 08) destaca que "não esqueçamos essa verdade cristalina: o valor do homem depende do lugar onde está", e nesse sentido, observamos também que o lugar não pode ser visto ou apresentado apenas como um "palco", mas deve ser analisado a partir dos processos políticos, sociais e econômicos que nele ocorrem.

Ora, se a fração do território ao qual o sujeito está inserido é subjugado como opaco, viscoso e rarefeito, não favorecendo assim a reprodução acelerada do capital e nem contribuindo para manutenção dos interesses políticos e econômicos, logo, esse território e os homens pobres e lentos que nele vivem, não irão ter grande valor perante o modo de produção vigente (Santos e Silveira, 2001). Nessa compreensão cabe ressaltar que são nos lugares, áreas de vivência e reprodução social dos sujeitos, que a fome e a pobreza se instalam e assumem as suas feições mais perversas e suas consequências mais duradouras.

Já os territórios içados pelo sistema capitalista e pela globalização se sobressaem, assumindo formas e funções que em boa medida favorecem a acumulação do capital, o domínio das técnicas, a superexploração do trabalho, a ampliação das desigualdades, tudo isso em um contexto espacial, político, econômico e social que assegura a manutenção do status quo das elites econômicas e políticas (Santos, 1999).

No tocante a produção de alimentos, os agricultores familiares não têm tanto acesso às tecnologias que maximizam e aceleram a produção, dessa forma, não produzem com a mesma voracidade que as produtoras de *commodities* por exemplo, que possuem todos os aparatos tecnológicos responsáveis por uma produção em larga escala.

Nesse contexto, quanto mais se amplia a fome e a pobreza, estranhamente aumenta-se a abundância da produção agrícola brasileira, devido às exportações dos insumos. Com a disparidade entre importação e exportação, acaba acarretando numa má distribuição de produtos gerando um déficit alimentício.

Diante disso nos perguntamos: quais as expressões territoriais das desigualdades sociais e da fome no Assentamento Artur Sabino - Assu/RN? Essa análise só foi possível através da observação do território ao qual estamos inseridos e de suas dinâmicas econômicas, políticas e sociais.

Analisar a fome e a pobreza é essencial para que venhamos a entender como as mesmas afetam os territórios e os sujeitos, os afastando ainda mais de direitos basilares assegurados pela constituição cidadã de 1988, como saúde e educação, evidenciando de forma gritante as desigualdades existentes no território. Partindo de uma perspectiva geográfica, buscamos analisar a realidade social utilizando as subdivisões do espaço geográfico, território e lugar, que possibilitam uma maior compreensão acerca dessa realidade, que é antes de tudo, espacial.

A fome e a pobreza, vem se expressando ao longo dos anos de forma devastadora. Nos dias atuais, abre-se um leque de possibilidades de analisar como a pobreza e a fome atingem o território e os sujeitos por meio das desigualdades políticas, econômicas e sociais. Pensar a fome e a pobreza a partir da Geografia é entender que tais processos ocorrem de forma espacial, e se materializam no território através das desigualdades que atingem os sujeitos. Partindo disso, despertou-me a curiosidade sobre a temática da fome e da pobreza rural no município de Assú/RN, pois nos permitirá vivenciar e construir uma análise concreta sobre esses fenômeno no território de vivência, sendo também um trabalho, em boa medida pioneiro, haja vista o município de Assú/RN não ter estudos que abordem de forma territorial a temática.

Vale ressaltar que, não podemos pensar a pobreza e a fome isoladamente aos demais processos que nos cercam, pois ambas surgem como forma de exposição dessa má distribuição dos alimentos e da renda, assim como negam o direito territorial ao exercício da cidadania.

A fome e a pobreza são resultantes, em última instância, de processos políticos, econômicos e sociais, que tendem a privilegiar alguns sujeitos, ou empresas, isso se dá através da concentração da terra e da renda, as políticas agrícolas e sociais, a lógica de produção e distribuição de alimentos e até mesmo a comercialização dos mesmos.

A fome e a pobreza fragilizam os sujeitos e o território de forma cruel, deixando suas marcas por todas as partes, e pensar isso no contexto territorial do município de Assú/RN é inquietante e desafiador, proporcionando muitas discussões e vivências no campo da Geografia humana.

No município de Assú/RN é necessário analisar a fome e a pobreza, buscando compreender principalmente como esse processo político se instala e se caracteriza, através da produção de alimentos que ocorre na zona rural e até mesmo do exercício da cidadania; e para que isso fosse evidenciado, a pesquisa foi importante e possibilitou respostas, dessa forma a mesma é responsável por esse papel de análise.

Nesse sentido o objetivo central deste trabalho foi: analisar as expressões territoriais das desigualdades sociais e da fome no Assentamento Artur Sabino - Assú/RN. Os objetivos secundários foram: caracterizar o território apropriado e usado pelos sujeitos sociais que habitam no Assentamento Artur Sabino – Assú-RN, refletir acerca das desigualdades expressas no território do Assentamento Artur Sabino –

Assú-RN; e discutir sobre os contornos da fome no Assentamento Artur Sabino – Assú-RN.

O presente trabalho foi desenvolvido de forma analítica, que consiste na divisão por etapas. A primeira refere-se ao levantamento bibliográfico de textos que dialogam com temática, como por exemplo: a “pobreza urbana, as “exclusões da globalização”, “o espaço do cidadão’, “território da desigualdade”, “políticas de combate a fome no Brasil”, “o dinheiro e o território”, “o Brasil: território e sociedade no início do século XX”, e também com coleta de dados primários através da aplicação de questionários e entrevistas, e dados secundários do IBGE.

Os trabalhos de campo se deram no assentamento Arthur Sabino/Assú-RN, dessa forma, foi possível analisar quais são as expressões das desigualdades e da fome no território, e os impactos que esse descaso político ocasiona aos sujeitos que ali residem. O campo é essencial para o desenvolvimento da pesquisa geográfica, e pensando nisso, as idas ao campo foram norteadas a primeiro momento para o reconhecimento, no segundo momento para entender a dinâmica e conhecer os sujeitos que ali residem, para que só então venha a realizar a aplicação dos questionários investigativos, e das entrevistas com o presidente da associação dos assentados e com o líder religioso, católico que vem acompanhando a luta dos sujeitos que ali residem. O número total de questionários aplicados foi de 20, devido à rotina de trabalho dos assentados, que não se concentra dentro do assentamento; tendo no total 72 famílias residentes na área de estudo. As questões que estruturam o questionário versarão sobre: o perfil e composição das famílias, renda e ocupação, hábitos alimentares, experiências de fome, acesso a políticas públicas de distribuição de terra e renda, estratégias para obtenção de alimentos e mecanismos de reprodução social.

2. AS FACES DO CAPITAL

2.1 A dualidade do capital: acumulação e escassez.

Frente a intensificação do processo de acumulação capitalista, emerge também a dualidade da fome e da pobreza, que se manifesta através das desigualdades que excluem, segregando alguns sujeitos, pois segundo Santos (2009, p. 18) “A pobreza existe em toda a parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade”, e assim vai agravando ainda mais as desigualdades sociais, que se expressam no território. “A pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, sendo diagnosticada não somente do ponto de vista da renda, mas de exclusão ao acesso à saúde, à educação, à terra, à política, entre outros” (Carneiro, Pereira, 2005, p. 02). Dessa forma, observamos que a pobreza é processo político que pode se apresentar de diversas maneiras no nosso cotidiano, isso seja através da ausência de políticas públicas que afetam a saúde, educação e até mesmo o direito à terra.

Os autores destacam que a fome e a pobreza são fenômenos de fragmentação econômico-social e geográfica, pois as mesmas tendem a ficar se reproduzindo em forma de um “ciclo-vicioso”. (Carneiro, Pereira, 2005, p. 02). Isso significa que essa fragmentação provoca uma reprodução da fome e da pobreza, intensificando as desigualdades sociais e assim, se recria diariamente.

Nesse sentido, não podemos pensar a pobreza e fome isoladamente aos processos que nos cercam, pois ambas surgem como forma de exposição dessa má distribuição, negligência e privilégios empresariais, assim como negam o direito territorial a ser e exercer a sua cidadania.

> A ampliação da pobreza e da fome não pode ser compreendida sem a discussão da abundância da produção agrícola brasileira, atualmente observada na extrema concentração da renda devido à intensificação da técnica, da informação e da circulação em algumas partes do território brasileiro, contrastando com a escassez generalizada de alimentos, que aflige grande parte da sociedade. (Carneiro, Pereira, 2005, p. 04).

O aumento e evidenciação da fome e da pobreza enquanto processo perpassa a produção agrícola e também a concentração de renda, característica nitidamente capitalista, que gera uma discrepância, pois devido à grande concentração de produção também se gera uma falta de alimentos em algumas frações do território;

atingindo de fato a vida dos homens mais pobres, vivam eles no campo ou na cidade.

Dessa forma, nos atentamos a pensar tais processos não somente na perspectiva da produção agrícola, mas também do ponto de vista dos avanços tecnológicos que propiciaram essa expansão da indústria e de evolução técnica dos maquinários. Todavia a fome e pobreza se intensificam, tornando assim um produto resultante do modo de produção capitalista, pois gera uma super produção e ao mesmo tempo proporciona uma má distribuição territorial de alimentos, devido a exportação em larga escala. Assim como evidencia os autores:

> As razões que determinam essa insuficiência da demanda efetiva concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego não são conjunturais. Ao contrário, são estruturais, ou seja, endógenas ao atual padrão de crescimento e, portanto, resultados inseparáveis do modelo econômico vigente. (Belik, Silva, Takagi, 2001, p. 125)

Segundo Castro (2007) a fome pode ser entendida como uma necessidade biológica, pois sem os alimentos e os demais nutrientes contidos nos mesmos, a nossa vida fica comprometida, pois a alimentação ou ausência dela está diretamente relacionada a nossa vida cotidiana de relações com o território e os serviços, como saúde e educação. Porém, não podemos colocá-la como um processo natural, afinal a fome é resultado de um processo político que de certa forma seleciona os sujeitos aos quais terão acesso ao alimento.

Para que o exercício da cidadania seja realizado, é necessário que se tenha os direitos básicos da sociedade como saúde, educação e segurança, o que não ocorre quando os sujeitos ficam expostos à fome e à insegurança alimentar, colocando a saúde e até mesmo a própria vida, devido a insuficiência dos nutrientes necessários para a sobrevivência e bem- estar humano; assim como afirma Santos (2009, p. 17) “Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornaram-se precárias ao ponto de fazer perigar a própria vida”.

Dessa forma, é necessário pensar o território como categoria de análise que exprime as marcas dos processos, evidenciando as lutas, o poder e a história do homem. Segundo Santos (1999, p. 7) “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas,

isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência". É no território onde a vida acontece, onde os conflitos se acirram e de fato se materializam, visando um bom desenvolvimento de análise do território é necessário de fato está inserido, vivenciar de alguma forma e experienciar os processos existentes no e do contexto territorial.

2.2. Território, desigualdades sociais e fome: as perversidades sistêmicas

No assentamento, observamos que 75% dos assentados que responderam ao questionário são do sexo femenino, assim como avidencia o **Gráfico 01,** e isto se dá devido aos trabalhos desenvolvidos pelos assentado do sexo masculino na zona urbana da cidadde; esse processo se dá pelo fato do baixo desenvolvimento econômico dos assentados que ali residem. As mulheres desenvolvem atividades domésticas durante o dia; a agricultura é de subsistência e baixa produção, devido a falta de investimentos que possibilitem o desenvolvimento adequado da agricultura familiar.

Dessa forma, o dinheiro circula de maneira desigual, devido aos trabalhos que são realizados dentro e fora desse território. "[...] Em outras palavras, o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da ideia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma". (Santos, 1999, p. 10).

A singularidade do território, ocorre de acordo com a circulação do dinheiro. No assentamento Artur Sabino o trabalho se dá fora desse território, como dito anteriormente, tendo em vista as necessidades econômicas dos sujeitos que ali residem. Assim como evidência (Santos, 1999, p. 8):

> O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta, e ao longo do tempo acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Desse modo,o dinheiro pretende ser a medida do valor que desse modo, atribuído ao trabalho e aos seus resultados

Tendo em vista que o dinheiro dentro do território do assentamento circula de acordo com as atividades que acontecem na zona urbana da cidade, o que ocasiona um déficit econômico, onde, a grande maioria dos sujeitos buscam melhorar suas

condições financeiras trabalhando fora do assentamento. Isso ocorre devido à falta de incentivos relacionados ao desenvolvimento agrário no assentamento.

Dessa forma, Santos, (1999, p. 9) diz que: “O dinheiro aparece como uma arena de movimentos cada vez mais numerosos, fundados sob uma lei do valor que tanto deve ao caráter da produção escolhida como às possibilidades da circulação”. Ou seja, a sagacidade em que o dinheiro se manifesta, e em suas diversas formas de instalação dentro do território, ditando as formas de produção, de modo operante e frente aos interesses de empresas de grande porte.

O poder dessas empresas está ligado intrinsecamente ao desenvolvimento de tais em seus territórios gerando assim uma alta e desigual competição no que se refere ao poderio agrícola de produção. Assim como evidência Santos (1999, p. 11) “A lógica do dinheiro das empresas é a lógica da competitividade, que faz com que cada empresa tornada global busque aumentar a sua esfera de influência e de ação, para poder crescer”. Com isso, essas empresas seguem demasiadamente se apropriando dos territórios de produção, sobrando apenas o escambo para os sujeitos menos abastados.

O território não pode ser analisado somente por ser uma categoria do espaço geográfico, deve ser visto por suas atividades cotidianas, as relações existentes. Assim como diz Santos (2005, p.07), "É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”; e segue mostrando que o território está intrinsecamente ligado ao espaço habitado, segundo ele; “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (Santos, 2005, p.07).

Território habitado que se transforma e segue uma rota de comando exterior ao território em questão, dessa forma, trata-se de uma conjuntura de poderes ordenados. Ou seja, “Quanto ao acontecer hierárquico trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder”. (Santos, 2005, p.09). Território é poder, e assim os territórios passam por diversas transformações, devido ao privilégio da informação de mercado, produção e reprodução do mesmo.

A produção no território, é necessária, porém, ainda é um gargalo para os pequenos produtores, pois esbarra nas normas de regulação, muita das vezes exacerbada, que visa maior faturamento de empresas multinacionais, e a acumulação

do capital.Todavia, “Há que refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção”. (Santos, 2005, p.10). Instâncias essas que giram em torno do dinheiro, inviabilizando as pequenas produções de resistirem dentro do território.

A modernização do campo de forma acelerada e desigual é um fator importante da discussão, pois tem dois lados a serem analisados; pois a perversidade do processo de produção é esmagadora, tendo em vista que os pequenos produtores não têm acesso ao maquinário de ponta. Assim como apontam os autores:

> A modernização do país era entendida como sinônimo de desenvolvimento e, portanto,toda a atuação do Estado se deu na lógica de modernizar todos os setores da economia, mecanizando o processo produtivo e melhorando a estrutura viária, a fim de potencializar a fluidez do território e aperfeiçoar a circulação de mercadorias (Azevedo, lima e Silva, 2012, p,160)

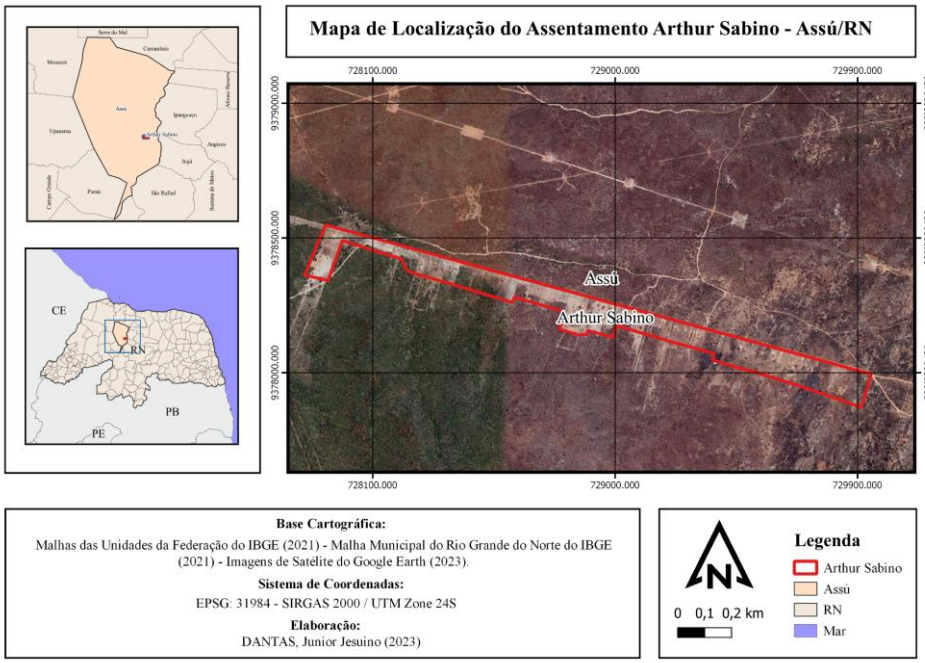
Mesmo com a modernização do campo ainda há uma baixa absorção da mão de obra mecanizada, que visa o fortalecimento e circulação econômica. Com a produção mecanizada o intuito é de potencializar e viabilizar as entradas e saídas de mercadorias; por sua vez esse processo possui uma dualidade, que evidencia a perversidade de tal forma de produção, que a falta de oportunidade e capacitação dos sujeitos para o manuseio dos equipamentos técnicos, tendo em vista as desigualdades sociais e estruturais do país, que enquanto uns são privilegiados, outros são negados e excluídos dos e com os seus territórios.

3. UM OLHAR VOLTADO AO TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO ARTUR SABINO EM ASSÚ- RN

3.1. Assentamento Artur Sabino: breve caracterização.

O Projeto de Assentamento Artur Sabino foi criado em 01/09/2021, com o objetivo de atender a demanda por terra e moradia, reivindicada por famílias acampadas às margens da RN-233, na porção oeste do território potiguar. Quando de sua criação o assentamento em questão foi instalado nas margens da BR- 304, como registrado na figura 01.

Figura 01: Assentamento Artur Sabino: localização geográfica (2023)



Fonte: Dantas, Jesuino, 2023.

A partir do mapa 01 se observa que o assentamento é extenso no seu cumprimento. Empiricamente se constatou que os lotes são divididos igualmente, sendo compostos por área de moradia e área de produção.

O Assentamento Artur Sabino comporta até 72 famílias assentadas no momento, no entanto, apenas as 27 famílias que responderam ao questionário, residem e trabalham no local. O que implica dizer que aproximadamente 50% da área do assentamento ainda não foi efetivamente ocupada. É possível que esse baixo índice de ocupação se deva ao fato do projeto de assentamento em tela ter menos de

5 anos de criação.

Outro fator limitante a apropriação e permanência por parte de um maior número de famílias é o alto nível de rarefação desse território com relação a presença de equipamento e oferta de serviços públicos. Nesse sentido registra-se que até o início do ano de 2023, as famílias assentadas não tinham acesso ao abastecimento de água encanada e nem disponham da rede de distribuição de energia elétrica. Esse era um território sem água e sem luz.

Três anos após a instalação do Projeto de Assentamento Artur Sabino, ainda inexistem infraestruturas essenciais ao exercício da cidadania, a exemplo de creches, escolas públicas, unidade básica de saúde, equipamento de segurança ou mesmo vias de acesso com sinalização e calçamento. Como observado na figura 02, o acesso ao assentamento é feito em estrada de barro, o que dificulta a locomoção dos sujeitos assentados nos dias chuvosos.

Figura 02. Assentamento Artur Sabino: via de acesso e sinalização.

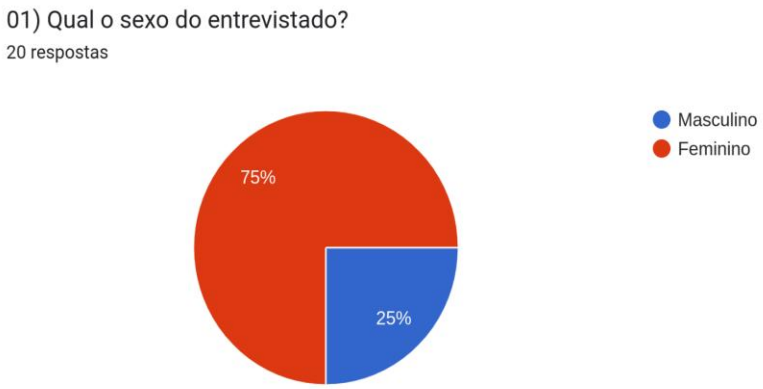


Fonte: acervo pessoal. 2023

Com relação às famílias residentes no assentamento, essas são compostas, maiormente, por mulheres e crianças, uma vez que a figura masculina de modo geral permanece pouco tempo com o núcleo familiar, pois os homens do assentamento trabalham fora, ou estão desempregados, ou trabalham na informalidade, sem os seus direitos trabalhistas assegurados. Por essa razão, as mulheres residentes e presentes

no assentamento, foram as que mais colaboraram com a pesquisa, tal como observado no gráfico 01.

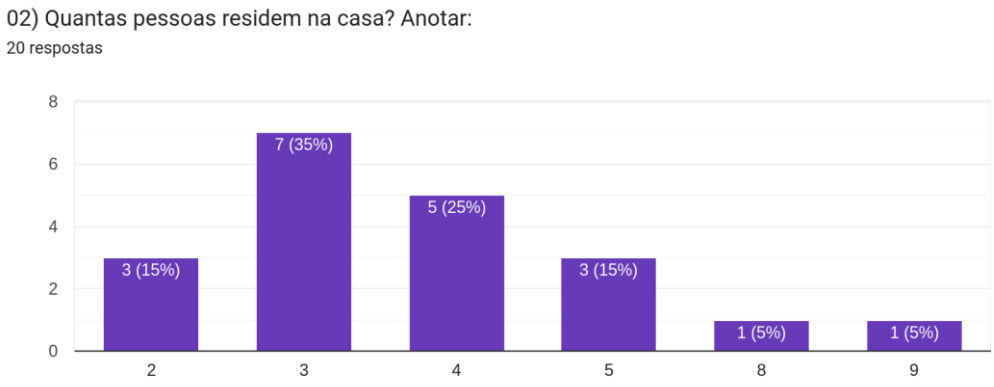
Gráfico 01. Assentamento Artur Sabino: sexo dos/das participantes da pesquisa.



Fonte: acervo pessoal.

Conforme informações obtidas através dos questionários aplicados, verifica-se que as famílias assentadas são compostas em média por 3 ou 4 pessoas, um perfil aproximado ao da maior parte das famílias brasileiras. No entanto, ainda se observa pontualmente a presença de famílias com mais de 5 membros, como observado no gráfico 02.

Gráfico 02. Assentamento Artur Sabino: número de pessoas por família

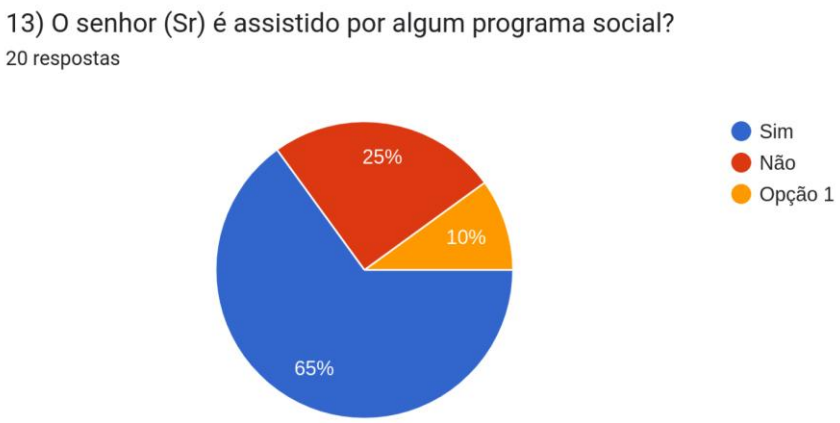


Fonte: acervo pessoal.

Quanto à renda das famílias residentes no assentamento, as informações obtidas sinalizam que essa é composta sobretudo por recursos provenientes das políticas de transferência de renda, de trabalhos informais e de ajuda de familiares. Em casos pontuais esses provimentos são acrescidos de salários mínimos ganhos por chefes de famílias que possuem vínculo empregatício formal.

Nessa dimensão é cabível destacar que parte considerável dos entrevistados afirmam ser beneficiários de políticas públicas sociais, tal como evidenciado no gráfico 04.

Gráfico 03. Assentamento Artur Sabino:
percentual de famílias assistidas por políticas sociais (2023).



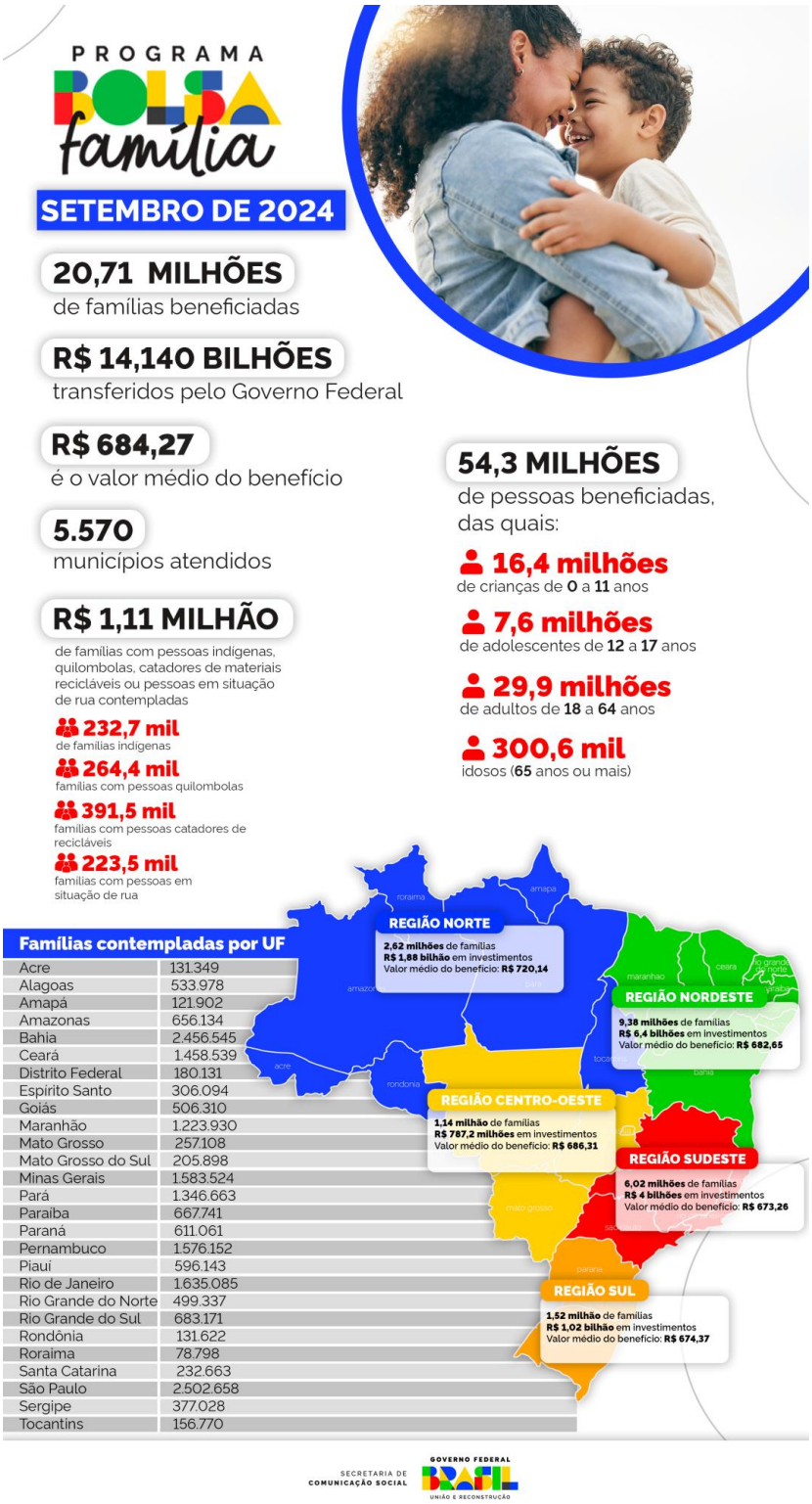
Fonte: acervo pessoal.

Conforme exposto no gráfico, apenas 25% dos entrevistados, percentual correspondente a um total de 5 famílias, não são assistidas por políticas públicas sociais, com destaque para o Programa Bolsa Família. De acordo com Lima (2014) o Programa Bolsa Família se apresenta como uma importante política social que tem como finalidade interromper o ciclo da fome, miséria e pobreza, proporcionando uma condição de dignidade social mínima, principalmente, para as crianças, adolescentes e mulheres que habitam as áreas periféricas nas áreas urbanas e rurais.

De acordo com dados oficiais, em setembro deste ano, 54,3 milhões de pessoas estavam na condição de beneficiárias da política social em questão (Brasil, 2024). Os dados revelam ainda que o Nordeste é a região do país com o maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, o qual atende somente no estado do Rio Grande do Norte um total de 449,337 pessoas, o que corresponde a 13,6% da

população total do estado. Informações mais detalhadas podem ser observadas na figura 01.

Figura 3. Programa Bolsa Família: estatísticas oficiais (2024)

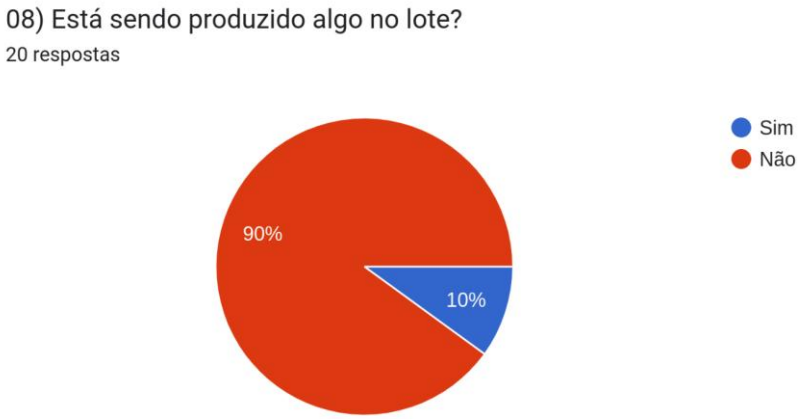


Fonte: Brasil, 2024.

Cabe mencionar que dentre os programas sociais, estão incluídas as políticas de assistência social implementadas pela gestão do município, com destaque para a instalação dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e implementação do Programa Vale Cidadão, política de crédito para aquisição de alimentos executada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de amenizar a fome e a condição de extrema pobreza na qual se encontra alguns cidadãos do município. O Vale cidadão funciona em parceria com uma rede de supermercados com marcada atuação no município e permite ao beneficiário a realização de compras no valor máximo de 120,00 reais, em alimentos, itens de higiene pessoal e material de limpeza. Cerca de 16 famílias assentadas foram contempladas com o Programa Vale Cidadão.

No tocante às atividades produtivas, a prática da agricultura e da pecuária não são expressivas no contexto do assentamento. Cabe frisar que essas atividades eram até recentemente limitadas pela ausência do abastecimento de água e de infraestruturas hídricas, como poços e cisternas, voltadas para a irrigação e dessedentação animal. O condicionamento dessa realidade se reflete nos dados sobre uso dos lotes para fins de produção agrícola, tal como apresentado no gráfico 03.

Gráfico 03. Assentamento Artur Sabino: uso dos lotes para produção agrícola (2023).



Fonte: acervo pessoal.

No que se refere a produção agrícola, o gráfico 03 aponta que 90% dos entrevistados responderam que não desenvolvem nenhum tipo de produção nos lotes. Do total de entrevistados, apenas duas pessoas afirmaram ocupar as terras do lote

para produção de alimentos ou criação de animais. No tocante a essas produções elas se destinam ao abastecimento do grupo familiar e ocorrem sazonalmente no período de chuvas. De acordo com os assentados, para além da escassez de água e da semi-aridez do clima, outro fator limitante ao desenvolvimento da agricultura são os solos rasos e pedregosos, tal como observado na figura 4.

Figura 4. Assentamento Artur Sabino: camada superficial do solo (2023)



Fonte: acervo pessoal.

A estrutura pedológica da área em que foi instalada o assentamento não favorece o cultivo de espécies vegetais, uma vez que conforme os assentados a produção é dificultada com relação ao uso das técnicas de manejo básicas, a exemplo do corte e revolvimento da terra, e limitante no que tange a produtividade, uma vez que a presença acentuada dos fragmentos de rochas impede o desenvolvimento das raízes, o que reflete no crescimento vegetativo das plantas.

As dificuldades para a produção de alimentos no assentamento são agudizadas pela ausência de incentivos fiscais e políticas públicas que dêem suporte a essas produções. É necessário pensar novas estratégias que viabilizem a produção por parte dos assentados.

3.2. As manifestações da pobreza e da fome no Assentamento Artur Sabino - Assú/RN: uma análise voltada ao território.

A primeira visita ao assentamento ocorreu no dia 09 (quinta-feira) de fevereiro de 2023, com início às 09:00 horas da manhã. No local foi possível observar a presença de algumas casas de alvenaria em construção, outras já finalizadas, porém ainda há presença de muitas casas de taipa, e barracas de lona e tecidos, realidade que manifesta as dificuldades no tocante a edificação das moradias. Um registro das condições de moradia é apresentado na figura 4.

Figura 5: Assentamento Artur Sabino – Assú/RN: condições de moradia (2023)



Fonte: Acervo pessoal.

Quanto ao acesso à habitação e à moradia é essencial ressaltar que esse é um direito fundamental, inalienável e constitucional. De acordo com Santos (2009) a moradia extrapola a dimensão da propriedade privada da terra e da edificação, englobando uma estreita relação do sujeito morador com o lugar e seu entorno. Assim, se compreende que o direito à moradia extrapola o acesso a casa, uma vez que morar é uma forma concreta de uso do território.

Para além de uma forma de uso do território a moradia é um direito social, e por isso um vetor de promoção ao exercício da cidadania. Nesse sentido, o acesso à moradia deve ser acompanhado da promoção a outros direitos sociais igualmente

necessários à vivência da cidadania real, a exemplo do direito à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e a assistência social.

De acordo com Santos (2020), o gozo dos direitos acima relacionados está intimamente atrelado à vivência da cidadania. O acesso a eles pode conduzir ao exercício da cidadania, a negação a eles indica uma possibilidade de recuo da cidadania. Todavia, é preciso pontuar que o acesso ou a negação são atravessados por lutas e reivindicações que apontam para outra dimensão essencial da cidadania, a política. Enquanto sujeitos políticos, os assentados são construtores de suas histórias e vivências, marcadas por uma busca contínua pela cidadania.

É preciso destacar que a negação desses direitos fundamentais atrelados ao exercício da cidadania, também evidencia o contexto de desigualdades socioespaciais ao qual alguns sujeitos sociais estão expostos. Desse modo, a questão da moradia associada a ausência de outros direitos essenciais se apresenta como um traço das desigualdades sociais que caracterizam a sociedade contemporânea e que no âmbito dos assentamentos de reforma agrária assumem feições ainda mais perversas.

Partindo do entendimento apresentado por Santos (2020) de que toda desigualdade é fundamentalmente uma realidade espacial, é preciso pontuar que as observações empíricas realizadas no Assentamento Artur Sabino permitem conceber esse território como um bolsão da desigualdade, ao tempo que os processos em curso apontam para a consolidação de um território de lutas e esperança.

No período de realização da pesquisa a principal luta travada pela população residente no Assentamento Artur Sabino foi pelo abastecimento de água potável. De acordo com os assentados entrevistados, o acesso a água se apresentava como um problema severo, uma vez que interferia na qualidade de vida das famílias e limitava a possibilidade de prática da agricultura, uma vez que durante longos períodos não havia água disponível para o consumo humano, dessedentação animal e para uso nas plantações.

Durante o primeiro trabalho de campo, se observou a instalação de alguns canos que apontavam para o início das obras que permitiram aos sujeitos residentes no Assentamento Artur Sabino, acesso a água através do sistema de adutora, trazendo a água do açude do Mendubim para o assentamento. Tal mudança representa uma ruptura com o abastecimento por meio de carros pipa, o qual era

realizado duas vezes na semana, quando era abastecida uma caixa d'água de 1000 litros que estava instalada em frente de cada moradia.

A falta de água recorrente no assentamento, dificulta a vida desses sujeitos. Em diálogo com uma moradora, a água demora a chegar à comunidade, e quando chega quase não dá para realizar todas as atividades domésticas e de criação. O líder religioso que atua no assentamento, cobra uma ação por parte do Estado e do município, que tem o objetivo de solucionar o problema do abastecimento de água e ampliar os equipamentos e serviços nos limites do assentamento. Em sua visão, essas ações poderiam se efetivar através de políticas públicas que possibilitaram o crescimento econômico e o desenvolvimento social na área pertencente ao assentamento.

No diálogo com a liderança política do assentamento, conhecido por Edésio, o presidente da associação, responsável por estar à frente da luta pela terra, e pelo acesso à água, e luz de todo o assentamento.Conforme exposto no diálogo, essa é uma pauta constante nas rodadas de discussão com as autoridades do município e também do estado. Nesse sentido, alguns encontros foram realizados com políticos e agentes de administração pública, com o vislumbre do firmamento de acordos que pudessem levar à superação efetiva desse problema.

Conforme relatado pela liderança, no dia 15 de setembro de 2021 foi realizada uma reunião em que estiveram presentes os chefes do executivo municipal, o atual prefeito Gustavo Soares, a vice-prefeita, Fabielle Cristina de Azevedo Bezerra e a governadora Fátima Bezerra no Centro Administrativo do Governo do RN. A reunião teve como pauta a implantação do sistema de abastecimento de água e fornecimento de energia no território em que se circunscreve o Assentamento Artur Sabino. O registro da reunião pode ser visualizado na figura 5.

Figura 6. Centro administrativo do estado do RN: reunião entre liderança do Assentamento Artur Sabino e representantes do poder executivo (2021).



Fonte: ASSÚ, Prefeitura, 2021.

Nesta ocasião também se fizeram presentes, George Freitas - diretor da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), Manoel Edésio - Presidente da Associação de moradores do Assentamento Artur Sabino, Karielle Medeiros – vereadora do município de Assú, José Carlos – membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e Inês Almeida Morais - Assessora especial do Governo do RN.

Como desdobramento dessa rodada de discussão, no dia 17 de setembro de 2022 a Prefeitura Municipal de Assú anuncia que: "*Comunidade Artur Sabino receberá obra para melhorias no sistema de abastecimento de água".* No entanto, somente em 17/03/2023 a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), iniciou a obra de implementação de adutora, visando garantir o abastecimento d'água no do assentamento, tal como evidenciado na figura 06.

Figura 7. Assentamento Artur Sabino:
início da obra para o abastecimento de água (2023).



Fonte: Varela, Gustavo, 2023

Atualmente, o assentamento já está com o sistema de abastecimento de água funcionando regularmente. Após três anos com o abastecimento sendo realizado por carro pipa, a tão sonhada água encanada chegou às torneiras dos assentados e trouxe alegria a esse povo de luta e resistência, frente a algo tão severo que é a luta pelo território, e seus percalços pelo caminho de exclusão. Por isso, é necessário pensar como Santos, pois segundo ele: “O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia”. (Santos, 1999, p. 8). Sem o acesso à água, simples atividades domésticas ficavam limitadas, o trabalho da agricultura não pode ser desenvolvido nessas condições, trazendo a insatisfação com o descaso social.

3.3. Assentamento Artur Sabino: desigualdades sociais e fome

As observações realizadas durante a pesquisa de campo e as reflexões construídas tangenciam a compreensão de que o Assentamento Artur Sabino se constitui como uma fração do território atravessada por desigualdades de muitas ordens, sejam elas inerentes a ausência de equipamentos e serviços, as limitações de renda ou mesmo a inviabilização de seu lugar, de seus direitos e de seus corpos.

Se compreende a partir da leitura de Carvalho (2007) que a fome em suas muitas expressões se constitui como uma das mais perversas formas da desigualdade social, uma vez que ela resulta da negação do direito humano ao alimento. A negação ao alimento, não raramente, é precedida da alienação de outros direitos a exemplo da

água, da renda, da moradia, da saúde, da educação. A fome é assim uma negação ao direito de uso do território, uma negação à existência (Oliveira, 2013).

As situações de fome se estabelecem a partir do momento em que um cidadão não tem a possibilidade de realização satisfatória de uma das três refeições básicas, sejam elas: café da manhã, almoço e jantar. Nesse sentido, os dados obtidos por meio das entrevistas e sistematizados no gráfico 06, revelam que 15% das famílias questionadas já foram privadas de uma das refeições, realidade que denota o quadro de fome ou insegurança alimentar a que alguns grupos familiares estão expostos.

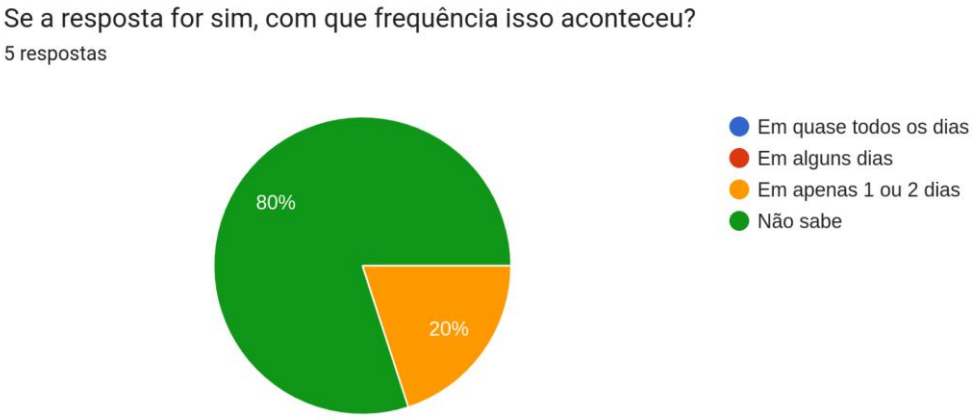
Gráfico 04. Assentamento Artur Sabino: realização das refeições diárias (2023)



Fonte: acervo pessoal.

Os dados obtidos evidenciam também que essa negação do acesso às refeições não se dá de forma contínua ou prolongada, se estendendo a um período máximo de dois dias, tal como expresso no gráfico 07. No entanto, conforme os assentados, esses dias sem uma das refeições costumam ser semanais ou mensais, a depender da condição de renda do grupo familiar.

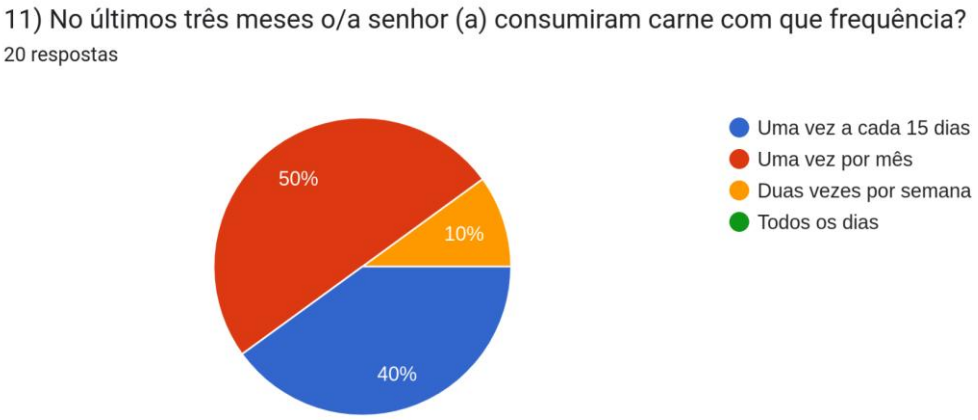
Gráfico 5. Assentamento Artur Sabino: recorrência quanto a ausência de uma das refeições básicas diárias (2023)



Fonte: acervo pessoal.

De acordo com o exposto pelos assentados entrevistados, o consumo da proteína animal é o mais escasso na dieta das famílias. O consumo de carne por parte dos assentados se encontra em déficit alimentar, 50% consomem carne apenas uma vez no mês e apenas 10%, duas vezes por semana e 40% a cada 15 dias, conforme dados apresentados no gráfico 08.

Gráfico 06: Assentamento Artur Sabino: consumo de carne (2023)



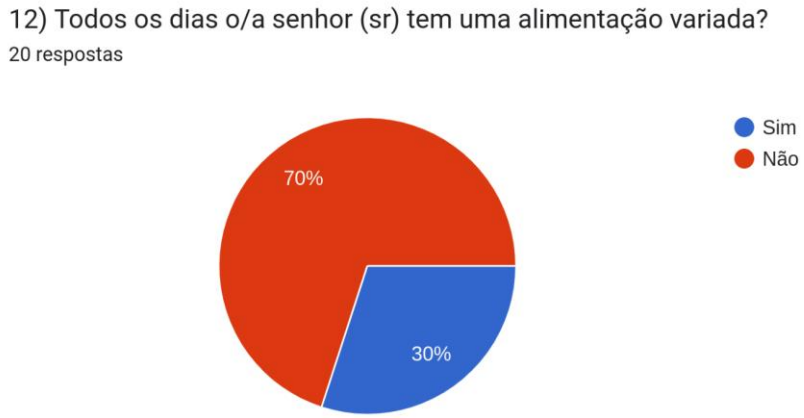
Fonte: Acervo pessoal.

A carne é considerada um alimento básico nas refeições, pois é rico em proteínas e gorduras. Nessa situação, os 10% das famílias que consomem carne duas vezes por semana são sujeitos nutridos? De acordo com os apontamentos de Castro (2009), tais grupos familiares estariam expostos a um quadro de fome endêmica e despótica, situação em que comem, mas não se nutrem. Ainda no tocante ao consumo da carne, se observa que as desigualdades dentro de um mesmo

território são evidentes, e se expressam também a partir da diferente capacidade de consumo que alguns sujeitos terão.

No contexto do Assentamento Artur Sabino, a descontinuidade no consumo da proteína animal é agravada por quadro de reduzida variação alimentar, sendo comum os casos em que almoço e jantar são servidos com o mesmo cardápio. Os dados apresentados no gráfico 09, apontam que 70% dos assentados não têm uma alimentação variada.

Gráfico 7. Assentamento Artur Sabino- Alimentação variada no assentamento.

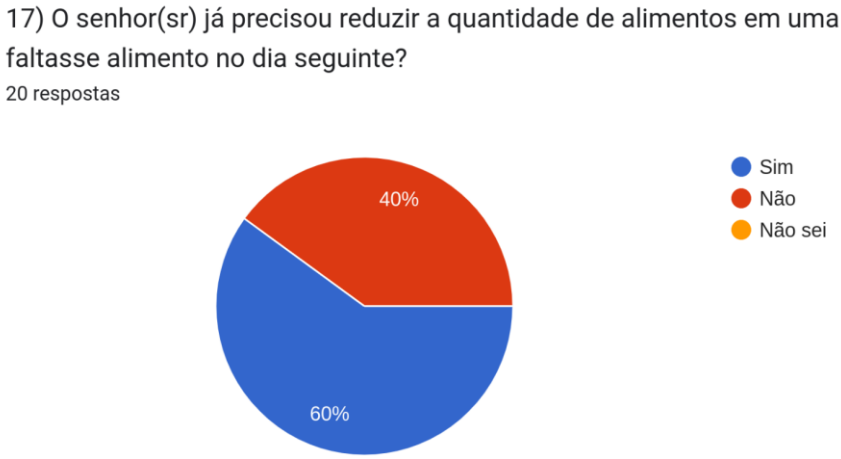


Fonte: Acervo pessoal.

Os que apontaram possuir uma dieta diversificada, reconhecem que o acesso à alimentação variada e diversa se restringe a 1 ou 2 dias por semana, totalizando algo mínimo para o qual o corpo humano precisa. A necessidade da alimentação diversificada na dieta humana é uma condição essencial ao desenvolvimento físico, mental, intelectual e motor.

A negação do acesso a uma alimentação diversificada é agravada em muitas situações pela necessidade de racionamento dos alimentos. De acordo com os dados apresentados no gráfico 11, 60% dos sujeitos entrevistados confirmaram que já reduziram a quantidade de alimentos, para que não faltassem no dia seguinte, observamos que de fato as políticas de combate à fome precisam ser mais trabalhadas no nosso cotidiano.

Gráfico 08: Assentamento Artur Sabino: racionamento e redução dos alimentos (2024)



Fonte: Acervo pessoal.

Os nossos governantes têm papel fundamental para que essa transformação ocorra, através do acesso à terra e a produção, pois se os assentados do Artur Sabino tivessem esse acesso à produção em seu próprio território, não precisariam reduzir alimento em refeição nenhuma.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do cumprimento do objetivo central deste trabalho que foi analisar as expressões territoriais das desigualdades sociais e da fome no Assentamento Artur Sabino - Assú/RN, se torna nítido que tais expressões são agravadas pela precariedade ou inexistência de algumas infraestruturas, pela fragilidade na oferta de serviços que corroboram para a promoção da cidadania e pela pouca efetividade das políticas públicas de fomento à produção agrícola que contribuam para que os territórios dos assentamentos rurais sejam de fato produtivos, onde a terra possa cumprir adequadamente as funções sociais, ser terra de moradia e terra de trabalho.

Os dados e análises apresentados evidenciam que a população residente no Assentamento Artur Sabino, está submetida a privações e negações que assumem contornos perversos, a exemplo da situação de fome. Problema social agravado pelo não acesso a equipamentos e serviços primordiais, a exemplo de um uma unidade de saúde na comunidade, esgotamento sanitário, praça pública, quadra poliesportiva e escolas. Cabe ressaltar que o acesso a água só foi viabilizado após 3 anos de muita luta e negociação. No tocante à questão hídrica é preciso pontuar que a água fornecida através da rede de abastecimento supri apenas as demandas da residência, não sendo ainda possível o uso da água obtida por meio da tubulação para fins produtivos. Logo, a água chegou mais não com o volume e frequência necessários para uso na agricultura.

Como a luta continua, seria interessante que o Estado tomasse conhecimento da causa por meio de pesquisa e buscasse solucionar esses problemas que afastam esses sujeitos do exercício da cidadania plena, dentro dessa sociedade ainda desigual, porém em reforma constante por meio da educação e da efetivação da lutas diárias que buscam o acesso a terra, a produção, comercialização e geração de emprego e renda dentro desses territórios negados e invisibilizados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO. A. K. da S. [*et al*.]. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UERN**. Mossoró: Edições UERN, 2021.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

ASSÚ, prefeitura. **Prefeitura de Assú e Governo do RN discutem implementação de sistemas de água e de energia elétrica no Assentamento Arthur Sabino**. Prefeitura do Assú/ RN, 2021. Disponível em: https://assu.rn.gov.br/prefeitura-do-assu-e-governo-do-rn-discutem-implantacao-de-sistemas-de-agua-e-de-energia-eletrica-no-assentamento-artur-sabino/ . Acesso: 10 out. 2024

AZEVEDO, F. F.; LIMA, F. L. S.; SILVA, R. P. A fome e a escassez no período técnico informacional: revisitando o pensamento de Josué de Castro em relação ao Brasil e ao Nordeste. **Caminhos De Geografia**. 2012, V. 13, Uberlândia. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/. Acesso: 30 nov. 2024.

BELIK. W, SILVA. J. G, TAKAGI.M. **Políticas de combate à fome no Brasil.** São Paulo em perspectiva, n. 15, p. 119- 129, 2001.

CARVALHO, A. A. T. de. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje: Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20022008-105544/. Acesso em: 04 out. 2024.

CARNEIRO, P. A. S.; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Território da Desigualdade: Pobreza, Fome e Concentração Fundiária no Brasil Contemporâneo**. Geografia (Rio Claro. Impresso), Rio Claro, v. 30, p. 255-270, 2005.

ELIAS, D. Formas-conteúdo e nós do agronegócio no Brasil: reflexões para debate. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 43, 2023. DOI: 10.12957/geouerj.2023.79073. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/79073. Acesso em: 14 nov. 2024.

OLIVEIRA, M. L. M. de. **A Geografia da fome: a expressão dramática da desigualdade sócio- espacial brasileira**. Dissertação de mestrado em Geografia humana, São Paulo, V.01, 2013.

CFN. Conselho Federal de Nutrição. O aumento da fome e insegurança alimentar no Brasil: relatório da ONU revela dados preocupantes. **Conselho Federal de Nutrição**, 14/07/2023. Disponível em: https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/aumento-da-fome-e-inseguranca-alimentar-no-brasil-relatorio-da-onu-revela-dados-preocupantes/. Acesso em: 10 out.2023

LIMA, F. E. de S. **Pobreza e desigualdades socioterritoriais**: uma problematização acerca da perspectiva territorial nas políticas públicas sociais no município de Pau dos Ferros/RN. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Paulista de Geografia**, n.21, p. 7-14, 1996. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613. Acesso 11 mar. 2024.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território**. GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360. Acesso em 20 mar. 2024.

Santos, M. **O retorno del territorio**. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso: 20 nov. 2024.

SANTOS, M. **A pobreza urbana.** universidade de São Paulo, 3.ed, São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VARELA, G. **Caern inicia implementação de adutora para assegurar o abastecimento hídrico no assentamento Artur Sabino**. Assú/RN.17/03/2023. Disponível em: https://www.assutododia.com.br/noticias/esporte/689138/1.Acesso em: 25 Abr. 2023.